



AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ESCLARECIMENTO SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL PARA PAIS E RESPONSÁVEIS

*Antonio Augusto Pinto Junior**
Mariana Faria Calefi
Priscila Almeida Teixeira

RESUMO

O presente trabalho descreve a avaliação dos participantes de um projeto de extensão, visando à orientação dos pais de alunos da 1ª Fase do Ensino Fundamental de 24 unidades de ensino de um município do estado do Rio de Janeiro para a prevenção e combate do Abuso Sexual Infantil (ASI), realizado no período de março a novembro de 2015. Contabilizou-se a participação de 646 pais ou responsáveis. Após a apresentação de um vídeo instrucional, em cada encontro foram discutidos os conceitos e caracterização do ASI, consequências, indicadores comportamentais, formas de denúncia e prevenção desse fenômeno. Ao término dos encontros, os participantes responderam a um questionário de avaliação em que deveriam descrever os pontos positivos e negativos do trabalho realizado, além de propor sugestões para os futuros encontros. Ao final do projeto procedeu-se à análise dos dados dos questionários. Os resultados obtidos foram transferidos para um banco de dados elaborado no Microsoft Excel 2007 e analisados através do programa Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 (SPSS®), com análise descritiva dos dados, de levantamento de frequência simples e relativa. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes avaliou positivamente o trabalho, destacando a melhor compreensão sobre o fenômeno, a orientação de como proceder com os casos, e como denunciar as suspeitas de ASI. Poucos foram os pontos negativos elencados, e versam sobre os problemas técnicos com equipamentos e horário dos encontros. Como sugestões, os participantes destacaram a necessidade de estender esse trabalho para outras instituições sociais. Conclui-se que esse tipo de trabalho de sensibilização para os pais e responsáveis de alunos de escolas públicas pode favorecer mudanças de concepções, representações e até mesmo atitudes acerca do ASI, promovendo a sua prevenção a partir do engajamento no combate a este tipo de problema social, que aflige a vida de inúmeras crianças e adolescentes, e contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais digna para os nossos jovens.

Palavras-chave: Abuso sexual. Prevenção. Infância. Educação.

* Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP). Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Volta Redonda, RJ. Contato: antonioaugusto@vm.uff.br.

EVALUATION OF A CLARIFICATION PROGRAM ABOUT CHILD SEXUAL ABUSE FOR PARENTS AND GUARDIANS

ABSTRACT

The present study describes the evaluation of the participants of an extension project, aiming at the orientation of the parents of students of the 1st Phase of Elementary Education of 24 teaching units of a city in the state of Rio de Janeiro for the prevention and combat of Child Sexual Abuse (CSA), held in the period from March to November 2015. The participation of 646 parents or guardians was counted. After the presentation of an instructional video, the concepts and characterization of ASI, consequences, behavioral indicators, forms of denunciation and prevention of this phenomenon were discussed at each meeting. At the end of the meetings, the participants answered an evaluation questionnaire in which they should describe the positives and negatives of the work done, besides proposing suggestions for future meetings. At the end of the project the data of the questionnaires were analyzed. The results were transferred to a database prepared in Microsoft Excel 2007 and analyzed through the program Statistical Package for the Social Sciences version 20.0 (SPSS®), with descriptive analysis of the data, of simple and relative frequency survey. The results indicated that most of the participants evaluated the work positively, highlighting the best understanding about the phenomenon, the orientation of how to proceed with the cases, and how to report suspected ASI. Few were the negative points listed, and deal with the technical problems with equipment and meeting times. As suggestions, participants stressed the need to extend this work to other social institutions. It is concluded that this type of awareness-raising work for the parents and guardians of public school students can favor changes in conceptions, representations and even attitudes about ASI, promoting their prevention through engagement in combating this type of problem Social, which afflicts the lives of countless children and adolescents, and thus contributing to the construction of a more dignified society for our young people.

Keywords: Sexual abuse. Prevention. Childhood. Education.

EVALUACIÓN DE UN PROGRAMA DE ACLARACIÓN DEL ABUSO SEXUAL PARA LOS PADRES Y TUTORES

RESUMEN

En este trabajo se describe la evaluación de los participantes de un proyecto de extensión, dirigido a orientar a los padres de los estudiantes de las 24 unidades didácticas fundamentales de la Etapa 1 de la Enseñanza Fundamental de las unidades didácticas de un condado en el estado de Río de Janeiro para la prevención y el combate del Abuso Sexual Infantil (ASI) realizado desde marzo a noviembre de 2015. Registró la participación de 646 padres o tutores. Después de la presentación de un video de instrucciones en cada reunión se analizaron los conceptos y caracterización de ASI, las consecuencias, los indicadores de comportamiento, formas de comunicación y la prevención de este fenómeno. Al final de las reuniones, los participantes respondieron a un cuestionario de evaluación que deben describir los aspectos positivos y negativos de la obra, y hacer

14

sugerencias para futuras reuniones. Al final del proyecto se procedió al análisis de los datos de los cuestionarios. Los resultados fueron trasladados a una base de datos, preparado en Microsoft Excel 2007 y analizados mediante el Statistical Package for the Social Sciences version 20.0 (SPSS), con el análisis descriptivo de los datos, de elevación de frecuencia simple y relativa. Los resultados mostraron que la mayoría de los participantes evaluó positivamente el trabajo, destacando la mejor comprensión del fenómeno, orientación sobre cómo proceder con el caso, y cómo reportar las sospechas de ASI. Pocos fueron los puntos negativos listados y se ocupan de los problemas técnicos con el equipo y la hora de las reuniones. Como sugerencias, los participantes destacaron la necesidad de ampliar este trabajo a otras instituciones sociales. Se concluye que este tipo de trabajo de difusión para los padres y estudiantes de la escuela pública responsable puede favorecer el cambio de concepciones, representaciones e incluso las actitudes acerca de la ASI, promover la prevención de compromiso en la lucha contra este tipo de problema sociales, que afecta a la vida de innumerables niños y adolescentes, y contribuyendo así a la construcción de una sociedad más digna para nuestros jóvenes.

Palabras-clave: Abuso sexual. Prevention. Niñez. Educación.

INTRODUÇÃO

O Abuso Sexual Infantil (ASI), especialmente aquele que se manifesta no ambiente doméstico e familiar, vem sendo reconhecido tanto como um importante problema social, quanto um problema de saúde pública em função dos dados alarmantes de incidência na população mundial e das consequências e sequelas que acarreta no desenvolvimento psicossocial das vítimas ([WHO, 2002](#)). Segundo [Azevedo et al \(2005\)](#), esse tipo de violência é:

todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré (p. 16).

De todas as formas de violência contra a criança, o ASI é talvez uma das mais difíceis de delimitar ou mesmo identificar pois, na grande maioria das vezes, permanece velada no pacto do silêncio que envolve a família, comunidade e até mesmo profissionais da área, impedindo, assim, sua notificação e denúncia. Além disso, por apresentar um caráter incestuoso, envolve não só a sexualidade dos adultos, mas também a das crianças, colocando sobre essa última o peso da culpabilidade.

Estudos sobre a incidência e a prevalência do ASI mostram que esse é um fenômeno mundial endêmico e que demanda políticas e estratégias de combate e enfrentamento. Procurando mapear a prevalência mundial da violência sexual, em uma pesquisa de meta-análise, [Stoltenborgh et al \(2011\)](#) encontraram 217 publicações entre 1980 e 2008, incluindo 331 amostras independentes com um total de 9.911.748 participantes. A prevalência global estimada de abuso sexual infantil foi de 127/1000 em estudos de auto relato e de 4/1000 em estudos de protocolos de denúncia. Auto relatos

de violência sexual foram mais comuns entre as mulheres (180/1000) do que entre os participantes do sexo masculino (76/1000). Taxas mais baixas para as meninas (113/1000) e meninos (41/1000) foram encontrados na Ásia, e as maiores taxas foram encontradas para as meninas na Austrália (215/1000) e para os meninos na África (193/1000). Os resultados dessa pesquisa confirmam que a violência sexual infantil é um problema mundial e que os recursos metodológicos de identificação desse tipo de violência devem ser considerados nos estudos de prevalência.

[Barth et al \(2013\)](#), buscando estimar também a prevalência do abuso sexual infantil em escala mundial, realizaram um estudo bibliométrico cobrindo o período de 2002 a 2009, incluindo artigos publicados em periódicos científicos e que reportaram abuso sexual de crianças e adolescentes. A análise dos cinquenta e cinco estudos provindos de vinte e quatro países apontou que a prevalência estimada é 8 a 31% para meninas e de 3 a 17% para meninos, confirmando, assim, as estatísticas de outras pesquisas nessa área.

Do ponto de vista sociodinâmico, as investigações na área revelam que a família em que ocorre o ASI mostra-se frequentemente conflituosa e disfuncional, com uma estrutura familiar patriarcal rígida, oculta no segredo e com o pai mantendo sua posição de domínio através da força e da coação. A relação conjugal geralmente é incapaz de satisfazer a enorme dependência da mãe ou do pai, que frequentemente foram negligenciados ou vitimizados na infância. O sistema familiar é fechado e as pessoas externas à família nuclear são comumente vistas como perigosas e suspeitas. Os limites não são respeitados e há pouca delimitação dos espaços físicos, privacidade e dos pertences dos membros. A negação é um dos mecanismos de defesa mais utilizado pelos membros da família incestogênica ([MRAZEK; KEMPE, 2014](#); [DOYLE, 2013](#); [SETO, 2015](#); [MISAKA, 2015](#)).

Em relação aos agressores, os estudos não são conclusivos no que se refere às suas características psicológicas e/ou psicodinâmicas. Enquanto alguns trabalhos indicam indícios de personalidade sociopática, com abuso de substância química, geralmente o álcool, e a pedofilia como uma psicopatologia comum entre os abusadores sexuais, outros afirmam que esses sujeitos apresentam sinais mais consistentes de passividade, e isolamento social, não sendo encontrada alguma caracterização psicopatológica mais grave junto a essa população ([MRAZEK; KEMPE, 2014](#); [DOYLE, 2013](#); [PINTO JUNIOR et al. 2011](#)). Além disso, do ponto de vista psicodinâmico, a mãe representa um importante papel como facilitadora na união incestuosa entre o pai/padrasto e filha(o). Ela frequentemente ignora as evidências do incesto e é incapaz de proteger seus filhos do marido antes ou mesmo depois da descoberta da vitimização. Geralmente traz histórias de privação emocional e/ou vitimização sexual ou física, mostrando-se dependente e passiva, com aversão à sexualidade ([MRAZEK; KEMPE, 2014](#); [DOYLE, 2013](#)).

Combater essa situação que gera inúmeros males ao desenvolvimento biopsicossocial das vítimas exige o investimento em ações e programas eficazes de prevenção e requer um trabalho visando à modificação de hábitos e costumes culturais a respeito da sexualidade, da educação sexual e das concepções de infância. Esses muitas vezes impedem que os pais conversem abertamente sobre a sexualidade infantil e o risco de possíveis abusos e violências de natureza sexual ([BRANCO; TOMANIK, 2012](#)).

Nesse sentido, a escola deve ser considerada como um espaço privilegiado para ações de combate a todo tipo de violência contra a criança, inclusive o ASI, a partir do trabalho de conscientização com os pais, educadores e com os próprios estudantes, procurando construir uma sociedade mais justa para com a infância, pois como afirmam [Brino e Williams \(2003\)](#) a escola tem um compromisso com a promoção e a garantia da

cidadania e a qualidade de vida de sua clientela. Sobre isso, [Teixeira et al \(2013\)](#) também assinalam que o desafio atual da educação e da escola é o de intervir no mundo, transformando-o pelo diálogo, através do conhecimento crítico dos problemas sociais e de suas possíveis soluções. Destarte, a vitimização sexual deve ser uma temática a ser abordada nas discussões da comunidade escolar, pois a escola como ambiente de aprendizagem deve ser o espaço de emancipação e garantia dos direitos sociais das crianças que, pela estrutura física frágil, podem ser alvos fáceis da violência sexual.

Mas para que isso seja possível torna-se fundamental que a escola crie espaços de diálogos sobre as diferentes formas de violação de direitos das crianças para que a população esteja instrumentalizada para identificar possíveis casos de vitimização sexual e reconhecer as estratégias eficazes de denúncia, além de estar despida de ideias e concepções errôneas a respeito desse fenômeno ([BRANCO; TOMANIK, 2012](#)). Nessa perspectiva, [Ristum \(2010\)](#) destaca o papel da escola, tanto na prevenção quanto no apoio às crianças vítimas de ASI e aponta para a necessidade de desenvolver programas de treinamento aos pais e educadores para capacitá-los a identificar e desenvolver habilidades de modo a contribuir para o enfrentamento e combate dessa violência.

É fundamental, assim, segundo [Maria \(2012\)](#), privilegiar os programas de prevenção primária que, além de reduzir a vulnerabilidade de crianças, permitindo a elas identificar potenciais situações de abuso e saber como reagir a estas, atuem no contexto em que as crianças estão inseridas, ou seja, escolas e em sua comunidade. Destarte, esses programas devem auxiliar os pais e responsáveis a identificarem sinais de que a criança possa estar sendo abusada e auxiliar os mesmos a reagir mediante as suspeitas de forma assertiva.

Para a autora ([MARIA, 2012](#)), a partir de um trabalho em que os pais são informados e orientados sobre a definição, a frequência, as estratégias dos agressores, consequências, entre outras características do ASI, é possível desenvolver determinadas competências que lhes permitam enfrentar de forma adequada situações perigosas e reduzir o índice de crianças abusadas em suas comunidades. A partir do exposto, e entendendo que a prevenção e o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil exigem a construção e efetivação de uma rede de proteção envolvendo vários atores e setores da sociedade, especialmente as escolas, o presente trabalho sintetiza os principais resultados de um projeto de extensão realizado na rede de ensino do município de Volta Redonda, no período de março a novembro de 2015.

OBJETIVOS

Considerando a necessidade de se investir em projetos de prevenção do ASI, foi desenvolvido um projeto de extensão que teve como objetivo sensibilizar e conscientizar pais e responsáveis de alunos das unidades escolares do município de Volta Redonda no sentido de transmitir conhecimentos sobre esse tipo de violência, de forma a combater e/ou minimizar a ocorrência de casos de vitimização sexual infantil. Este artigo apresenta aspectos gerais deste projeto e a avaliação pelos participantes.

MÉTODO

Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido pelo Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, no período de março a novembro de 2015, por meio de encontros com pais e responsáveis de alunos da 1ª. Fase do Ensino Fundamental da rede de ensino do município de Volta Redonda, visando à prevenção e combate do ASI. Os seis alunos extensionistas que participaram desse projeto são estudantes vinculados ao grupo de pesquisa do CNPq “Laboratório de Estudos e Pesquisas na área da Infância e Adolescência (LEPIA)” e foram capacitados pelo coordenador desse laboratório, anteriormente, a partir de leituras e discussões de textos científicos na área.

Cada encontro nas unidades escolares contemplou em média a duração de duas horas, e como estratégias foram utilizados recursos audiovisuais (projeto multimídia e DVD) e exposição dialogada. Em todas as reuniões, após a apresentação e assinatura de uma lista de presença pelos participantes, foram sistematicamente seguidas as seguintes etapas: a) apresentação de um vídeo instrucional sobre o ASI e discussão das concepções teóricas do tema, suas definições, epidemiologia e consequências; b) apresentação e discussão acerca dos indicadores comportamentais da criança, do agressor e da família abusiva que facilitam a identificação dos casos; c) apresentação da trajetória de intervenção, apresentando os recursos disponíveis para as denúncias e de encaminhamentos necessários; d) discussão final e encerramento, buscando realizar a avaliação do encontro pelos participantes por meio de um questionário em que se solicitou deles a indicação dos pontos positivos e negativos do trabalho realizado e as sugestões para outros encontros.

Assim, a avaliação do trabalho pautou-se na análise do questionário apresentado aos participantes ao final dos encontros. Como afirmado acima, tal instrumento de avaliação foi composto por três perguntas abertas para que os participantes pudessem indicar: a) os pontos positivos, b) os pontos negativos, e c) as sugestões para trabalhos futuros.

A partir da leitura de todos os questionários foi realizada a Análise de Conteúdo, proposta por [Bardin \(1979\)](#), que se refere a um conjunto de técnicas de análise de comunicação que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Dessa forma, todas as respostas para as três perguntas do questionário foram classificadas em categorias que emergiram da análise, as quais foram agrupadas de acordo com frases ou palavras em comum encontradas. Após a categorização das respostas, os dados obtidos foram transferidos para um banco de dados, elaborado no Microsoft Excel 2007 e analisados através do programa Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 (SPSS®), com análise descritiva dos dados de levantamento de frequência simples e relativa.

RESULTADOS

Ao longo de março a novembro de 2015 foram realizados 24 encontros em 24 unidades escolares (um encontro por escola), chegando-se ao total de 646 participantes. Destes, 296 responderam ao questionário de avaliação, e suas características são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 1. Perfil dos participantes que responderam ao questionário de avaliação do trabalho.

| CARACTERÍSTICAS | N | % |
|---------------------------|----------|----------|
| Sexo | | |
| Feminino | 257 | 86,8 |
| Masculino | 033 | 11,2 |
| Sem identificação | 006 | 02,0 |
| Total | 296 | 100 |
| Idade | | |
| De 18 a 30 a. | 066 | 22,3 |
| De 31 a 40 a. | 109 | 36,8 |
| De 41 a 50 a. | 075 | 25,3 |
| De 51-60 a. | 026 | 08,9 |
| 61 ou mais | 011 | 03,7 |
| Sem identificação | 009 | 03,0 |
| Total | 296 | 100 |
| Ocupação/Profissão | | |
| Dona de casa (Do lar) | 111 | 37,5 |
| Autônomo | 052 | 17,6 |
| Comerciário | 045 | 15,2 |
| Serviços gerais | 028 | 09,5 |
| Metalúrgico | 019 | 06,4 |
| Profissional de saúde | 018 | 06,1 |
| Aposentado | 012 | 04,0 |
| Outros | 011 | 03,7 |
| Total | 296 | 100 |
| Escolaridade | | |
| Ensino Fundamental I | 030 | 10,1 |
| Ensino Fundamental II | 082 | 27,7 |
| Ensino Médio e Técnico | 0131 | 44,3 |
| Ensino Superior | 033 | 11,1 |
| Sem identificação | 020 | 06,8 |
| Total | 296 | 100 |

Do total de participantes que responderam ao questionário de avaliação do trabalho, a maioria era do sexo feminino (86,82%), na faixa etária entre 31 e 40 anos (36,82%) e dona de casa (37,50%).

Sobre a análise dos pontos positivos e negativos, e as sugestões dos participantes para os futuros encontros, a tabela 2 sintetiza os principais resultados.

Tabela 2. Respostas dos participantes dos encontros nas unidades escolares sobre a avaliação do trabalho realizado*

| AVALIAÇÃO | N | % |
|--|----------|----------|
| Pontos positivos | | |
| Esclarecimentos sobre o fenômeno | 261 | 63,8 |
| Modos de intervenção e denúncia | 084 | 20,5 |
| Dinâmica da apresentação | 059 | 14,4 |
| Fortalecimento da parceria Universidade-Comunidade | 005 | 02,3 |
| Total | 409 | 100 |
| Pontos Negativos | | |
| Nenhum | 255 | 93,0 |
| Problemas técnicos (recursos audiovisuais) | 008 | 03,0 |
| Horário inadequado | 011 | 04,0 |
| Total | 274 | 100 |
| Sugestões | | |
| Nenhuma | 117 | 38,1 |
| Estender palestras para as outras instituições | 098 | 31,9 |
| Oferecer palestras com maior frequência | 037 | 12,0 |
| Incluir mais informações ou/e recursos | 031 | 10,0 |
| Diversificar a dinâmica da apresentação | 012 | 04,0 |
| Outros | 012 | 04,0 |
| Total | 301 | 100 |

* Vários participantes apresentaram mais de uma resposta às categorias “Pontos positivos” e “Pontos negativos”, e muitos não responderam a categoria “Sugestões”.

A Tabela 2 mostra que, em relação aos pontos positivos do trabalho de prevenção do ASI, os pais dos alunos das escolas municipais de Volta Redonda apontaram: os esclarecimentos sobre o abuso sexual (63,81%), a orientação de como intervir em casos suspeitos de ASI (20,54%), a dinâmica do trabalho realizado (14,42%), além da parceria estabelecida entre a universidade e a comunidade escolar (01, 23%).

Sobre os aspectos negativos identificados pelos participantes no trabalho desenvolvido, verificou-se que a maioria não encontrou pontos negativos (93,06%), e aqueles que os identificaram indicaram os problemas técnicos com os equipamentos audiovisuais utilizados nos encontros (02,92%) e o horário inadequado de algumas reuniões (04,02%), que impedem a participação dos pais e/ou responsáveis pelos alunos.

Acerca das sugestões dos participantes dos encontros para os futuros trabalhos de prevenção do ASI embora muitos não tenham respondido a esse item do questionário (38,11%), verificou-se a necessidade de estender esses encontros para outras comunidades ou instituições públicas (31,92%), como as associações de bairro, aumentar a frequência desse tipo de intervenção (12,05%), incluir outros recursos como depoimentos de vítimas de ASI (10,10%), e sugestões de dinâmicas a serem utilizadas com os participantes (03,91%), para enriquecer o debate e estimular a participação dos pais na discussão do tema.

DISCUSSÃO

No presente estudo realizou-se um trabalho de esclarecimento junto aos pais e responsáveis dos alunos da rede municipal de ensino de Volta Redonda/RJ para prevenir as situações de vitimização sexual infantil. Ao analisar os dados, primeiramente, verificou-se que muitos participantes dos encontros e que assinaram a lista de presença (646) não responderam aos questionários (448 usuários). Esse fato pode estar relacionado com a baixa escolaridade dos participantes, sendo que alguns deles eram analfabetos e/ou com dificuldade de leitura e escrita. Essa realidade também foi encontrada por outras investigações que avaliaram o perfil de pais que participam de reuniões, projetos e demais atividades desenvolvidas pela escola pública ([RIBEIRO, 2004](#); [VARGAS et al, 2005](#); [TRZINSKI; VEIVERBERG; CETOLIN; PINHEIRO, 2010](#)). Tais pesquisas discutem que a baixa escolaridade, a falta de qualificação profissional e, conseqüentemente, as diversas carências materiais e financeiras dessas famílias podem potencializar a precarização da capacidade de proteger as crianças e adolescentes, podendo colocá-los a mercê de múltiplas formas de violências, inclusive o ASI.

O perfil dos participantes desse projeto de extensão e que responderam ao questionário de avaliação também confirma uma tendência identificada em outros estudos no que se refere às características dos pais e responsáveis que estão presentes em reuniões e demais projetos desenvolvidos pela escola, ou seja, predominantemente mulher, com idade acima de 30 anos, do lar, desempregada ou empregada doméstica (autônoma ou profissional de serviços gerais), com baixa escolaridade, vivendo, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social ([RIBEIRO, 2004](#); [VARGAS et al, 2005](#); [TRZINSKI; VEIVERBERG; CETOLIN; PINHEIRO; 2010](#)). Considerando que na maioria dos casos é com as mães que a criança passa grande parte do tempo, pois os pais estão trabalhando, e que cabe a ela acompanhar a educação dos filhos, discutir com essa população formas de identificação e denúncia de violência sexual é uma das ferramentas importantes para a prevenção desse fenômeno.

Da mesma forma, entendendo que o ASI é um fenômeno que se manifesta de forma velada e silenciosa no seio familiar ([MRAZEK; KEMPE, 2014](#); [DOYLE, 2013](#); [SETO, 2015](#); [MISAKA, 2015](#); [PINTO JUNIOR et al, 2011](#)), e que, por isso mesmo, muito casos não são notificados para as instituições de proteção à infância, é fundamental investir em ações com objetivo de reduzir a vulnerabilidade de crianças a esse tipo de vitimização e garantir a proteção de seus direitos fundamentais ([BRINO; WILLIAMS, 2003](#); [MARIA, 2012](#); [TEIXEIRA et. al 2013](#)). Assim, tanto o trabalho de desmistificação da vitimização sexual, discutindo sua caracterização e formas de enfrentamento, quanto o trabalho de orientação de pais e responsáveis sobre os cuidados dos filhos podem funcionar como uma das diferentes estratégias de coibir e combater esse tipo de violência.

Quando os participantes desse projeto de extensão avaliaram positivamente as palestras realizadas, destacando, principalmente, a compreensão sobre o ASI e a orientação de como proceder com os casos, esses dados mostram que as estratégias utilizadas podem favorecer uma compreensão correta da população sobre esse fenômeno para poder preveni-lo de maneira eficaz, impedir sua reprodução, ou mesmo nortear formas de notificação ou denúncia corretas dos casos. Esse resultado confirma, assim, o que a literatura acerca da prevenção desse fenômeno tem sinalizado principalmente no que se refere à eficácia de intervenções junto às comunidades para transmitir

conhecimentos sobre o tema e desenvolver competências para enfrentar de forma adequada situações de risco e reduzir o índice de crianças abusadas em suas comunidades ([BRINO; WILLIAMS, 2003](#); [MARIA, 2012](#); [BRANCO; TOMANIK, 2012](#); [TEIXEIRA et al, 2013](#)).

Considerando que a maioria dos participantes não encontrou pontos negativos, e aqueles que os identificaram apontaram os problemas técnicos com os aparelhos audiovisuais ou o horário dos encontros, revelando a aceitação e a adesão ao trabalho desenvolvido pela equipe, que o combate do ASI deve incluir prioritariamente projetos de prevenção primária tendo por base o envolvimento da comunidade e as pessoas expostas a situações de risco e vulnerabilidade, pois é nesse contexto que a vitimização sexual infantil pode ocorrer ([TRZINSKI; VEIVERBERG; CETOLIN; PINHEIRO, 2010](#)).

Nesse sentido, conforme assinala [Maria \(2012\)](#) os trabalhos preventivos devem ser abrangentes e devem envolver diferentes contextos. Segundo a autora, dentre os contextos privilegiados para esse fim destaca-se a instituição escolar, desenvolvendo ações de orientação aos pais e às próprias crianças para combater, identificar e notificar casos de vitimização sexual infantil. Em nosso trabalho, os pais e responsáveis dos alunos das escolas municipais de Volta Redonda também destacaram a necessidade de aumentar a frequência desse tipo de trabalho nas unidades escolares e de estender esses encontros para outras comunidades ou instituições públicas, mostrando a consciência desse grupo de que o ASI é um problema social complexo e que exige a participação de toda a sociedade para a sua erradicação ([WHO; 2002](#); [RISTUM, 2010](#); [MARIA, 2012](#); [BRANCO; TOMANIK, 2012](#)).

Da mesma forma, ao se pensar em um trabalho preventivo do ASI, direcionado às famílias e comunidades deve-se considerar que esse deve ser realizado em horários que favoreçam a participação da grande parcela da população e que faça uso de recursos que motivem e que estimulem o diálogo e a comunicação, como o uso de equipamentos multimídia, de acordo com o sugerido pelos participantes desse projeto e como destacam outros estudos na área ([O'NEILL; GABEL; HUCKINS; HARDER, 2010](#); [ROMERO; PICK; CORIA; GIVAUDAN, 2010](#)).

Entretanto, deve-se ressaltar que o combate desse grave problema social não deve se resumir em uma ação pontual e isolada, mas configurada como um programa contínuo que favoreça a articulação e o diálogo com outros segmentos institucionais, objetivando a criação de uma rede que ofereça suporte e recursos para prevenir e reduzir o índice de crianças abusadas em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento do ASI não é uma tarefa fácil, pois, como já comentado, esbarra em questões polêmicas acerca da noção de família, sexualidade e de infância que são construídas historicamente. Falta de conhecimento ou a presença de concepções e representações equivocadas quase sempre impedem a identificação, notificação e prevenção do fenômeno. Por isso, ações que visem discutir essas questões com a comunidade, e especialmente nas escolas, podem representar uma contribuição efetiva para o fortalecimento das políticas de assistência à infância e para a construção de uma visão positiva da sexualidade humana, pautada no direito que crianças e adolescentes têm de serem respeitados pelos adultos, de forma que estes não os convertam em objeto sexual.

Os dados desse trabalho de extensão universitária mostram que estratégias como essa desenvolvida nas escolas municipais de Volta Redonda/RJ podem corrigir conceitos e ideias errôneas acerca do ASI e da dinâmica da família incestogênica, favorecendo uma compreensão correta da população sobre esse problema para poder preveni-lo de maneira eficaz, impedir sua reprodução, ou mesmo nortear formas de notificação ou denúncia corretas dos casos. Nessa perspectiva, os resultados positivos dessa proposta de trabalho de esclarecimento sobre o ASI podem servir de incentivo para que outros profissionais, de diferentes áreas de conhecimento, invistam na formação de quem cuida e se responsabiliza pela proteção e assistência da criança e do adolescente em situação de risco e vulnerabilidade, fortalecendo, assim, as políticas de prevenção primária desse fenômeno.

Mas é importante destacar que a prevenção na área deve sempre envolver um trabalho interdisciplinar e intersetorial, estimulando a parceria entre os vários segmentos e instituições sociais, como Saúde, Educação, Justiça etc. Só assim podem ser incrementadas intervenções protetivas eficazes para que crianças e adolescentes estejam a salvo de qualquer forma de abuso, violência, negligência e opressão.

Por fim, deve-se considerar que, apesar das avaliações positivas pelos participantes do trabalho, há limitações inerentes ao método utilizado para analisar a eficácia das ações de esclarecimento de pais e responsáveis dos alunos das escolas de Volta Redonda/RJ acerca do ASI. A continuidade do projeto e a inclusão de outras metodologias de análise poderão contribuir para essa finalidade.

REFERÊNCIAS

[AZEVEDO, M. A. et al.](#) Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção. In UNICEF. (Org.), **Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2005, p. 14-27.

[BARDIN](#), L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

[BARTH, J. et al.](#) The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. **International Journal of Public Health**, v. 58, n. 3, p. 469-483, 2013.

[BRANCO, M. A. O.; TOMANIK, E. A.](#) Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. **Psicologia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 402-411, 2012.

[BRINO, R.F; WILLIAMS, L. C. A.](#) Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2003.

[DOYLE, C.](#) **Child sexual abuse: a guide for health professionals**. Springer, 2013.

[MARIA, S. G.](#) A participação da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças. **Análise Psicológica**, v. 25, n. 1, p. 13-24, 2012.

[MISAKA, M. Y.](#) Violência sexual infantil intrafamiliar: não há apenas uma vítima! **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 2, n. 2, p. 237-277, 2015.

MRAZEK, P. B.; KEMPE, C. H. **Sexually abused children & their families.** Elsevier, 2014.

O'NEILL E. O.; GABEL J.; HUCKINS, J.; HARDER, J. Prevention of child abuse and neglect through church and social service collaboration. **Social Work and Christianity**, v. 37, n 4, p. 381-406, 2010.

PINTO JUNIOR, A. A. et al. Agressores sexuais: educadores? In AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Violência doméstica na infância e na adolescência: uma nova cultura de prevenção.** São Paulo: Plêiade/FAPESP, 2011, p. 173-213.

RIBEIRO, R. M. **Construção e aplicação do projeto político-pedagógico: a participação da comunidade escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RISTUM, M. A. violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 231-242, 2010.

ROMERO, A.; PICK, S.; CORIA A. P.; GIVAUDAN, M. Evaluación del impacto de un programa de prevención de violencia en adolescente. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 44, n. 2, p. 203-212, 2010.

SETO, M. C. et al. The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: a meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. **Clinical Psychology Review**, v. 39, p. 42-57, 2015.

STOLTENBORGH, M. et al. A global perspective on child sexual abuse: meta-analysis of prevalence around the world. **Child Maltreatment**, v. 16, n. 2, p. 79-101, 2011.

TEIXEIRA, G. K. M. D. et al. As possibilidades de ruptura da violência sexual infantil intrafamiliar com a participação ativa do educador e da escola. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, n. 2013_12, 2013.

TRZINSKI, C.; VEIVERBERG, T.; CETOLIN, S. F.; PINHEIRO, E. CRAS de Saltinho: rumo ao fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais. **Textos & Contextos**, v. 9, n. 2, p. 298-308, 2010.

VARGAS, A. et al. Participação na escola: desafio, articulação, um espaço como direito a ser construído. **Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization, 2002.